



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 25 de março de 2021

PAUTA

Parâmetros para o retorno presencial de atividades essenciais

A chefe de gabinete agradeceu a todos os laboratórios que analisaram e enviaram contribuições ao documento que estabelece parâmetros para o retorno presencial das atividades essenciais de Ensino na EPSJV, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Implantação e Monitoramento do Plano de Retorno da Escola. Ela explicou que, ao analisar as contribuições, o GT percebeu que algumas sugestões, apesar de serem muito importantes, extrapolam o objetivo do documento e também do GT, por isso, ela propôs que a pauta fosse retirada daquela reunião e retornasse na próxima reunião do CD EPSJV para que o GT tivesse mais tempo para sistematizar as contribuições recebidas e elaborar uma nova versão do documento, inclusive indicando o que é consenso e o que é dissenso entre os laboratórios.

Ela disse que algumas sugestões podem ser usadas para a elaboração de outros documentos, não pelo GT, mas por grupos que tenham expertise nos temas e que também poderão ser usados como parâmetros para o Plano de Retorno da EPSJV. Disse ainda que o documento é interno da Escola, com parâmetros definidos a partir da realidade da EPSJV.

A coordenadora do Laborat disse que concordava com a proposta e que o seu laboratório avalia que o documento não deve ser tratado com urgência, mas sim, ser bastante amadurecido. Ela também sugeriu que a EPSJV divulgasse uma nota de posicionamento em defesa do lockdown e denunciando as más condições de trabalho dos trabalhadores da saúde.

A coordenadora do Latec disse que o seu laboratório discorda do fato de o documento ser apenas interno da Escola e acha que ele poderia ser usado como exemplo para outras escolas. Disse ainda que o Latec considera que é preciso ter mais especialistas da Escola participando do GT e que gostaria de saber qual a avaliação do GT da Fiocruz sobre o documento produzido pelo GT da EPSJV.

A chefe de gabinete disse que há necessidade de um documento que respalde as decisões da escola em relação ao retorno de atividades presenciais e que as observações do GT Fiocruz ao documento da EPSJV foram pontuais e todas elas foram acatadas pela EPSJV.

A Direção solicitou que o CD EPSJV deliberasse sobre a proposta da coordenadora do Laborat de produzir uma nota pública em apoio aos profissionais da saúde e em defesa do lockdown. O CD EPSJV aprovou a proposta por unanimidade.

O coordenador do Lavsa disse que, além de divulgar a nota pública, a EPSJV também deveria propor esse debate dentro da Fiocruz para que não pareça um posicionamento isolado da Escola.

A Direção solicitou que quem estiver disponível para colaborar com a construção da nota procure a coordenadora do Laborat para construir o documento em conjunto.

Eleição para a Direção da EPSJV

A Direção informou que a presidente da Comissão Eleitoral da EPSJV, Cristiane Sendim (Labgestão) solicitou sua saída da comissão, por motivos pessoais, e, com isso, Sérgio Munck (Lires) assumiu a presidência da comissão e Mario Mesquita (BEB) passou a integrar o grupo. O CD EPSJV aprovou as alterações na comissão.

Foi informado também que o CD Fiocruz deliberou, na reunião de 23 de março, a extensão dos prazos eleitorais até 15 de junho de 2021, por causa das unidades que estão à frente dos processos de produção de vacinas e insumos na Fiocruz. A nomeação dos novos diretores será realizada conforme as eleições das unidades forem sendo concluídas e a posse simbólica de todos eles será realizada após 15 de junho.

O presidente da Comissão Eleitoral da EPSJV, Sérgio Munck, disse que as diretrizes definidas pelo CD Fiocruz buscam dar uma unidade aos regimentos eleitorais. Ele explicou os principais pontos do regulamento eleitoral da EPSJV e informou que, pelo fato de a eleição ser totalmente virtual, também é necessário que cada unidade crie um grupo técnico de Tecnologia de Informação.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou se o sistema de votação será o mesmo utilizado na eleição para a Presidência da Fiocruz em 2020 e se esse detalhamento precisa ser incluído no regulamento.

A coordenadora do Laborat perguntou o motivo de não haver um critério de desempate entre os candidatos e disse que o laboratório sugere como critério que a pessoa mais velha assuma o mandato.

A coordenadora do Lateps disse que acredita que não há critério de desempate porque o regulamento prevê uma lista tríplice a ser enviada para a Presidência da Fiocruz, que tem a prerrogativa de definir quem assume o mandato. A coordenadora do Laborat, então, retirou a proposta.

Sergio Munck explicou que o processo de votação virtual será o mesmo usado nas eleições para a Presidência da Fiocruz, mas que essa questão não precisa ser incluída no regulamento eleitoral. Ele ressaltou que o grupo de TI terá um trabalho intenso para possibilitar que todos os trabalhadores e alunos da EPSJV possam votar virtualmente.

Luís Américo (SINF), que também faz parte da Comissão Eleitoral da EPSJV, informou que o SINF já está em contato com a Cogetic para fazer as adaptações necessárias no sistema eleitoral para a inclusão da lista de eleitores da Escola, que reúne trabalhadores e alunos. Disse ainda que deve ser feita uma simulação de votação, antes das eleições, para testar o sistema, e também que haverá um computador disponível na Escola nos dias da eleição para o caso de algum aluno da EJA precisar votar na Escola.

Luís Américo (SINF) perguntou ao CD EPSJV se os alunos de cursos mais curtos, com menos de um ano de duração, mas que, por conta da pandemia, estão matriculados há mais de um ano, também iriam votar nas eleições da EPSJV.

A coordenadora do Lateps explicou que o vínculo do aluno com a instituição permanece até que ele seja certificado ou diplomado e, neste caso, eles seriam incluídos entre os votantes, de acordo com o regulamento eleitoral.

O coordenador do Labman disse que seu laboratório considera que os alunos dos cursos de curta duração não devem votar nas eleições da Escola, mesmo que, neste momento, por causa da pandemia, estejam matriculados há mais de um ano.

A coordenadora do Lateps ponderou que a excepcionalidade da pandemia faz com que seja necessário alterar o regulamento para a eleição atual. Ela sugeriu que seja incluído no regulamento que terão direito a votar os alunos matriculados em cursos com duração regimental de mais de um ano, desvinculando a questão da matrícula.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que considerava pertinente a proposta da coordenadora do Lateps, pois, em uma situação de normalidade, os alunos dos cursos de curta duração não seriam eleitores na EPSJV.

A Direção então encaminhou as duas propostas para deliberação do CD EPSJV: permanecer o regulamento como está, com alunos matriculados há mais de um ano com direito a voto; ou alterar o regulamento e permitir o voto apenas de alunos matriculados em cursos com duração regimental de mais de um ano.

A coordenadora do Lateps defendeu a segunda proposta, devido à excepcionalidade causada pela pandemia, que ampliou o tempo de matrícula de estudantes de cursos de curta duração. Disse ainda que era preciso deixar registrado que essa alteração aconteceu em função da pandemia.

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre o tema e aprovou, por unanimidade, a segunda proposta.

Sérgio Munck apresentou também o calendário eleitoral. As inscrições de candidaturas estão previstas para 05 a 09 de abril; a campanha eleitoral acontece entre 19 de abril e 07 de maio e a votação será realizada, virtualmente, de 10 a 12 de maio.

A coordenadora do Lateps sugeriu que o prazo para alterações nas listas de eleitores fosse alterado, incluindo um dia para o recebimento de solicitações de alteração e outro para que a Comissão Eleitoral analise as solicitações. A sugestão foi acatada.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o calendário eleitoral.

Concessão de bolsa

A Direção informou que Ana Beatriz Noronha (CCI) foi convidada para fazer a redação e a diagramação do relatório final do "Curso Piloto de Formação de Docentes da Fiocruz: em busca de novos padrões de ensino e aprendizagem para as Escolas de Saúde", recebendo uma bolsa de complementação salarial pela tarefa.

Luciana Milagres (CCI) explicou que o trabalho será feito em horários diferentes da carga horária de Ana Beatriz na EPSJV e, portanto, não irá comprometer o trabalho da servidora na CCI.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a concessão da bolsa.

Curso de Atualização Profissional em Avaliação da Atenção Primária no SUS com ênfase na Matriz Avaliativa do Vínculo Longitudinal (MAVIL)

O vice-diretor de Ensino informou que o curso, coordenado pelo Lavsa, foi apresentado na CT de Ensino e que a proposta é realizar atividades síncronas e assíncronas. A CT avaliou que o instrumento proposto, a MAVIL, é simples e apropriada para a tarefa de avaliar a Atenção Primária. Também foi destacado pelos membros da CT a importância de pensar as plataformas de ensino remoto, a partir de experiências já realizadas na EPSJV, que contemplem os objetivos dos cursos.

O coordenador do Lavsa observou que, em tempos de pandemia, fica ainda mais evidente a importância da Atenção Primária e a necessidade do cuidado com o outro, além do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o plano de curso.

Curso de Atualização Profissional em Vigilância e Monitoramento de Populações Expostas ao Mercúrio no Brasil

O vice-diretor de Ensino informou que o curso, coordenado pelo Lavsa, foi apresentado na CT de Ensino, quando também foi apresentado um panorama da realidade das comunidades indígenas expostas ao mercúrio no Brasil. A proposta visa a ampliação de uma abordagem clínica para o problema enfrentado pelas comunidades indígenas. A CT se mostrou favorável à realização do curso diante das atuais necessidades de o sistema de saúde responder ao avanço da vulnerabilidade dessas populações expostas ao risco.

O coordenador do Lavsa disse que o curso mostra as possibilidades de parceria com outras instituições e movimentos sociais indígenas e que isso fortalece a Escola, a Fiocruz e o SUS. Ele lembrou que o curso integra um projeto de pesquisa mais amplo do laboratório, que inclui diversas ações e que já teve seus resultados enviados para diversos órgãos mostrando os impactos do mercúrio nessas populações.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o plano de curso.

Grupo de Pesquisa "GIFT-H+: Grupo de Investigações Filosóficas sobre Transumanismo e Biomelhoramento Humano"

O vice-diretor de Pesquisa informou que, assim como acontece com os cursos, a criação de novos grupos de pesquisa na EPSJV é avaliada pela CT de Pesquisa da Escola e, em seguida, passa por deliberação no CD EPSJV.

Ele informou que o Grupo de Pesquisa "GIFT-H+: Grupo de Investigações Filosóficas sobre Transumanismo e Biomelhoramento Humano", solicitado por Murilo Vilaça (Labform), pretende contribuir para a disseminação de informações e reflexões sobre o tema. Murilo é docente do Programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva Bioética desenvolvido em parceria pela Fiocruz e universidades públicas do Rio de Janeiro.

O vice-diretor de Pesquisa relatou que, na última reunião da CT de Pesquisa, Murilo fez a apresentação do grupo e teve apoio dos membros da CT, com questionamentos, mas sem ressalvas.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório é contra a criação do grupo na Escola e tem considerações a fazer sobre o projeto. Em primeiro lugar, o Laborat entende que não há clareza sobre quais são os trâmites necessários para a abertura de um grupo de pesquisa na Escola, além disso, no caso desse grupo

específico, ele seria formado por apenas um profissional da EPSJV, o que, na avaliação do Laborat, não se justifica a abertura dele na Escola. Ela disse que o laboratório defende que sejam definidos critérios para a abertura de novos grupos de pesquisa na EPSJV.

Em segundo lugar, a coordenadora do Laborat fez uma consideração sobre o tema do grupo de pesquisa, destacando que o tema do biomelhoramento tem um impacto importante nas respostas em saúde e que estudos sobre o assunto podem ter efeitos políticos.

A coordenadora do Lic-Provoc também defendeu que fossem definidos critérios para a criação de grupos de pesquisa na Escola.

O coordenador do Labform destacou a importância da definição de critérios para a criação de novos grupos de pesquisa e também para a manutenção dos já existentes. Lembrou ainda que, anteriormente, havia uma rotina na CT de Pesquisa, em que os grupos de pesquisa da Escola apresentavam os relatórios dos trabalhos realizados. Disse ainda que a coordenação do Labform só tomou conhecimento do grupo quando entrou na pauta do CD EPSJV e, também por isso, destacou a importância da definição de critérios para estabelecer se os laboratórios devem participar desse trâmite.

O coordenador do Labform lembrou que fez parte da equipe da VDPDT por muitos anos e que, na época, a rotina para a criação de novos grupos era passar, primeiro, pela apreciação da CT de Pesquisa e, em seguida, pela chancela do CD EPSJV. Além disso, ele observou que o período de tempo entre a convocação da CT de Pesquisa e o dia da reunião, impossibilitou a participação de um representante do Labform na reunião e que, em sua avaliação, o CD EPSJV não tem elementos suficientes para deliberar sobre a criação do novo grupo de pesquisa.

A coordenadora do Labgestão disse que seu laboratório também considera que não há definição sobre os critérios para a criação de um novo grupo de pesquisa na Escola. Ela disse ainda que, por sua experiência anterior como integrante da CT de Pesquisa, considera que não há critérios para que o CD EPSJV possa deliberar sobre o novo grupo.

O coordenador do Lavsa também afirmou que não houve tempo para avaliar a questão no laboratório e que essa deliberação requer uma análise mais aprofundada do tema antes de ser realizada.

A coordenadora do Lateps disse que essa é uma discussão delicada e que critérios para a formação de grupos de pesquisa são sempre bem-vindos para respaldar as decisões institucionais. Ela disse que se surpreendeu em saber que o novo grupo foi submetido à CT de Pesquisa sem o respaldo do Labform e que considera que um dos princípios para a criação do novo grupo seria a legitimação pelo grupo de trabalho do qual o professor faz parte na Escola.

Ela observou que o pesquisador tem autonomia para definir seus temas de pesquisa e que não deveria haver julgamento do mérito em relação ao tema da pesquisa, mas sim, que fossem discutidos os critérios para a criação de novos grupos. Por fim, defendeu que o tema seja discutido, primeiro, no Labform antes de seguir outros trâmites.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório estranhou a urgência da convocação da CT de Pesquisa e propôs que a pauta fosse adiada para que houvesse tempo para que os laboratórios discutam melhor o assunto.

O vice-diretor de Pesquisa explicou que a CT de Pesquisa foi convocada em prazo curto porque houve atraso por parte de Murilo para entregar a documentação necessária para a apreciação do novo grupo de pesquisa. Ele disse que entende a complexidade do tema de pesquisa proposto pelo pesquisador, mas destacou que Murilo faz parte da Comissão de Integridade em Pesquisa da Fiocruz e que já trabalha com o tema desde antes de ingressar na Fiocruz. Acrescentou ainda que, se o CD EPSJV considerasse pertinente, poderia encaminhar aos conselheiros as considerações apresentadas na CT de Pesquisa.

O coordenador do Lires disse que é preciso pensar a função de cada instância institucional para fazer as aprovações devidas. Ele observou que, na prática, quem faz a certificação dos grupos de pesquisa é a Fiocruz e que, portanto, tem dúvidas se cabe à Escola recusar a criação de um novo grupo, pois o pesquisador poderia recorrer diretamente à Presidência da Fiocruz para fazer a solicitação.

A coordenadora do Lic-Provoc destacou que as Câmaras Técnicas têm caráter consultivo e que o CD é quem faz as deliberações, a partir dos encaminhamentos apresentados pelas Câmaras. No caso específico, ela disse que se a CT de Pesquisa considerou que não havia esclarecimentos suficientes para apreciar o tema, deveria ter indicado isso.

Ela disse ainda que considera grave a questão não ter passado pela discussão interna no laboratório do pesquisador antes de chegar à CT de Pesquisa, pois, quando um grupo de pesquisa é certificado, aquilo passa a ser reconhecido como trabalho do pesquisador e, portanto, precisa ter seu impacto avaliado na carga de trabalho do laboratório.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que considera fundamental que a tramitação da criação do novo grupo de pesquisa passe pelo laboratório do pesquisador e também que seja mais debatida nos outros laboratórios da Escola antes de voltar à pauta da CT de Pesquisa e do CD EPSJV.

O coordenador do Labform disse que também considera que, na elaboração de critérios, é fundamental que seja definido que essa discussão precisa começar nos laboratórios de origem dos pesquisadores. Disse ainda que, no caso específico, sugere que, como ainda não há critérios internos definidos, que o tema não volte ao laboratório antes de ser encaminhado novamente à CT de Pesquisa.

Ainda assim, sem que isso se constitua em etapa necessária para o retorno da apreciação à CTPDT, o coordenador do Labform disse que vai convidar Murilo para apresentar a proposta de criação do grupo de pesquisa na próxima reunião do colegiado do laboratório para que todos pudessem debater sobre o assunto.

Após os debates, a Direção propôs dois encaminhamentos para a questão para que o CD EPSJV deliberasse:

1 - Reencaminhar a discussão sobre a criação do novo grupo para a CT de Pesquisa para maior esclarecimento sobre o grupo em questão;

2 - Definir trâmites e critérios de aprovação de novos grupos de pesquisa dentro da EPSJV.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, os encaminhamentos propostos pela Direção.

INFORMES

Reunião de sensibilização

O GT de Monitoramento da Implantação do Plano de Retorno da EPSJV e a Comissão Interna de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da EPSJV irão realizar, no dia 8 de abril, uma reunião de sensibilização com os trabalhadores que estão em sistema de rodízio no trabalho presencial na Escola para esclarecimentos sobre o Plano de Retorno da unidade.

Curso de Radioterapia

O coordenador do Labman e do Curso de Radioterapia informou que foi realizada uma reunião com o INCA, que é parceiro na realização do curso, e que ficou definido que as aulas presenciais devem ser retomadas em junho deste ano. Contudo, durante os meses de abril e maio serão realizadas novas reuniões para se avaliar o quadro da pandemia.

CD Fiocruz

Medidas de restrição

Durante o período de medidas de restrição mais rígidas no município do Rio de Janeiro, por causa da pandemia, a Fiocruz manterá em trabalho presencial apenas as atividades essenciais de produção e assistência. A Direção solicitou que os trabalhadores da EPSJV só fossem à Escola se for estritamente necessário.

Vacinação

A Presidência da Fiocruz informou que pretende vacinar todos os trabalhadores da Fundação, mas dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Imunizações.

Ministro da Saúde

A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, foi informada pelo novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que seria criada uma secretaria especial no Ministério para tratar das questões relacionadas às vacinas.

Orçamento

O vice-presidente da Gestão da Fiocruz, Mário Moreira, informou que não houve cortes na proposta de orçamento do Ministério da Saúde para 2021 e que o orçamento estava previsto para ser votado no Congresso Nacional no dia 24 de março. Quando houver aprovação, será realizada uma reunião com as áreas de Gestão das unidades da Fiocruz.

Fake news

A CCS informou no CD Fiocruz que tem trabalhado em divulgar esclarecimentos, principalmente sobre as questões relacionadas às vacinas, para tentar combater as fake news sobre o assunto.

A coordenadora do Laborat perguntou se a Fiocruz tem uma estrutura institucional para checar as fake news. A Direção e a coordenadora da CCDE esclareceram que não há essa estrutura, pois a Coordenação de Comunicação Social da Fiocruz (CCS) não tem equipe suficiente para realizar esse trabalho.

O coordenador do Lavsa sugeriu que a EPSJV proponha à Presidência da Fiocruz a criação de uma estrutura para que a instituição responda às fake news que circulam pela internet.

A coordenadora do Latec também sugeriu que a Fiocruz criasse um canal institucional para o qual os trabalhadores pudessem pedir esclarecimentos sobre as fake news.

A Direção informou que esse assunto já foi tratado no CD Fiocruz e que a CCS não tem condições de responder a tudo que é divulgado nas redes sociais. A CCS procura divulgar conteúdos que informem à população sobre as questões relativas à pandemia, mas sem responder a tudo que sai nas redes sociais, pois seria um trabalho interminável e não há equipe suficiente para isso.

Conselheiros Presentes

Adriana Ricão (VDGDI)
Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Dantas (Labform)
Bianca Leandro (Lires)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Daniel Souza (Labform)
Etelcia Molinaro (Latec)
Ingrid D'ávilla (Cogetes) – convidada
José Orbílio (VDGDI)
Luciana Milagres (CCI)
Luis Américo (SINF) – convidado
Mário Barroso (BEB) - convidado
Marise Ramos (Lateps)
Rafael Bilio (VDEI) – convidado
Raphael Mendonça (Lires)
Raquel Moratori (Labgestão)
Sergio Munck (Lires) - convidado
Sergio Oliveira (VDPDT)